

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Diário de Notícias Periodicidade D

Dia 22.10.79 Pág.(s) 1-3 Tendência política _____

Lurdes Pintasilgo em Abrantes

DP 22/10 1.1

Anunciada linha de crédito para prejuízos das cheias

• Previsto um milhão e 600 mil contos para subsidiar as empresas mais afectadas

O Governo vai abrir uma linha de crédito de um milhão e 600 mil contos destinada a subsidiar as empresas industriais, comerciais, agrícolas e agro-alimentares mais afectadas pelas cheias do Tejo, ocorridas em Fevereiro deste ano. Ao mesmo tempo, o Fundo de Fomento da Habitação será autorizado a contrair junto da Câmara Geral de Depósitos um empréstimo de 500 mil contos

para acorrer às carências habitacionais decorrentes da catástrofe. Esta foi a boa nova trazida, ontem, pela primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, às gentes da sua terra natal — Abrantes — e a todo o Ribatejo, que ciclicamente sofre os efeitos destruidores do rio em furia. Se apenas se contribui de todos podemos caminhar para uma sociedade mais jus-

ta, em que cada um se sinta também cada vez mais responsável. Este princípio, por mais de uma vez enunciado, foi ontem referido, de novo, por Maria de Lurdes Pintasilgo, no final do encontro que efectuou com os abrantinos seus conterrâneos e com os responsáveis da vida pública local, como noticiamos, pormenorizadamente, na página 3.

Lurdes Pintasilgo em Abrantes

DP 22/10 1.3

Comerciantes expuseram o seu descontentamento

Contacto directo entre as entidades governamentais, os serviços da Administração e as populações e, para Maria de Lurdes Pintasilgo, a forma mais correcta de gerir o País. Falando, ontem, na Câmara Municipal de Abrantes, a encerrar a sessão em que participou, o primeiro-ministro acentuou que «através do diálogo encontramos sempre uma solução a contento de todos». Na ocasião, a chefe do Governo tomara conhecimento do descontentamento de comerciantes da região pelo critério usado para atribuição dos subsídios concedidos para minorar os estragos causados pela cheia do Tejo.

Na intervenção que proferiu na edilidade abrantina, Lurdes Pintasilgo não deixou, por outro lado, de referir-se, embora indirectamente, aos efeitos perniciosos provocados por interesses antagónicos, políticos ou outros.

«Muita gente tenta dividir-nos quando, afinal, numa situação difícil estamos praticamente unidos», disse a primeira-ministra.

Aludindo, em concreto, à campanha eleitoral que se avizinha, a chefe do Governo avisou os seus conterrâneos de que «nas próximas semanas muitos vão dizer mal de outros». Expressou, contudo, a sua confiança na democracia, «que já está entre nós», e lembrou que Portugal, vivendo embora uma situação difícil, poderá sair dela se todos nos empenharmos com vigor, tanto mais que o nosso país ganhou o respeito e a solidariedade internacionais e «temos a chefia segura do Estado confiada a um Presidente que não se afasta nem um milímetro da Constituição que jurou cumprir».

Comerciantes descontentes com subsídios das cheias

Embora a agenda de trabalho preparada pela Câmara Municipal fosse vasta e de conteúdo diverso, o tema fundamental da sessão foi, como se esperava, a cheia do Tejo, tanto os efeitos da de Fevereiro, como as preocupações existentes relativamente ao futuro.

Lurdes Pintasilgo anunciou a abertura da linha de crédito de um milhão e 600 mil contos, que espera apenas a promulgação do Presidente da República, e informou que o Governo decidira criar estruturas permanentes dotadas dos meios capazes de acorrer, com prontidão e eficácia, aos malefícios causados pelas catastrofes.

Ouviu, em seguida, uma exposição dos comerciantes do Rossio ao Sul do Tejo, que desde Fevereiro sofrem os efeitos das cheias, por terem sido destruídos produtos que tinham armazenado e não dispõem de meios financeiros para renovar os «stocks». Grande parte dos estabelecimentos funciona, por essa razão, «a menos de 50 por cento» causando prejuízos aos comerciantes e dificuldades no abastecimento.

Expressaram, por outro lado, o seu descontentamento relativamente ao critério usado na concessão de subsídios, já que, segundo afirmaram, há casos de comerciantes cujas lojas «tiveram apenas 30 centímetros de água» e receberam auxílio financeiro, enquanto os proprietários de outras que estiveram completamente submersas receberam menos do que os primeiros ou não receberam mesmo nada.

Os comerciantes pretendiam, justamente, que o Governo lhes

concedesse crédito a longo prazo e manifestaram a sua satisfação pela notícia que lhes fora dada sobre a linha de crédito, mas consideraram extremamente elevada a taxa de juro prevista, 12 por cento, num prazo de amortização de cinco anos.

A primeira-ministra manifestou a sua surpresa pela circunstância de «ter de ser este Governo, que tomou posse em 1 de Agosto, a acabar de resolver um problema surgido em Fevereiro» e atribuiu a este atraso a necessidade de ter agora de ser mais elevada a taxa de juro. Admitiu, no entanto, que, dentro das suas competências, os órgãos locais de crédito possam, eventualmente, estudar a hipótese de estabelecerem taxas de juro mais favoráveis.

A partir da situação descrita pelos comerciantes, gerou-se vivo debate sobre as causas e efeitos das cheias, bem como das possibilidades que haverá de, no futuro, reduzir os prejuízos materiais e humanos que elas sempre acarretam.

MDF pode paralisar por falta de matérias-primas

Um elemento da Comissão de Trabalhadores da Metalurgia Duarte Ferreira, no Tramagal, que emprega 2500 trabalhadores e constitui um dos mais importantes pólos de desenvolvimento da região, apresentou a Lurdes Pintasilgo um «dossier» completo sobre a situação da empresa, o qual contém não só a posição dos trabalhadores mas também da Comissão Administrativa, sobre as hipóteses de ultrapassar a crise económica e financeira com que se debate.

A MDF tem, hoje, uma carteira de encomendas da ordem de um milhão e 600 mil contos destinada à exportação e não poderá cumprir os contratos se não receber auxílio financeiro para adquirir matérias-primas.

Lurdes Pintasilgo disse que o Governo aguarda a apresentação das condições de viabilização económica da empresa e expressou a sua estranheza pelo facto de, ainda hoje, estarem intervenionadas empresas onde o Estado interferiu em condições especiais e ao abrigo de um decreto-lei que tinha intuítes provisórios.

«É intenção deste Governo deixar noutra situação empresas intervenionadas há tempo «excessivo», disse a primeira-ministra, acrescentando que observaria com atenção o «dossier» que recebera, pois «são os que trabalham nas empresas quem estão em melhores condições de ajudar o Governo a tomar a atitude mais conveniente». Outra das principais questões abordadas na reunião diz respeito ao funcionamento do novo hospital de Abrantes, que está a ser construído, mas, muito provavelmente, vai debater-se com falta de médicos e de pessoal de enfermagem.

«Essa é uma das preocupações mais importantes que temos e que gostaríamos de resolver já que, enquanto faltam os médicos na província, as grandes cidades portuguesas terão em breve a maior densidade de médicos por milhar de habitantes».

Centenas de abrantinos saudaram Pintasilgo

Maria de Lurdes Pintasilgo chegou a Abrantes ao fim da

(Continua na 6.ª página)

Lurdes Pintasilgo em Abrantes

(Contin. da 3.ª página)

tarde e o tempo de permanência limitou-se à duração do encontro de trabalho e a um pequeno beberefe oferecido pela Câmara Municipal, Seguiu, já noite, para Santarém, onde prossegue hoje a sua visita. Do programa consta uma reunião no Governo Civil com todas as câmaras do distrito — que constitui, por certo, o ponto mais importante da deslocação — e, ainda, visitas ao complexo do ex-Colégio Andaluz e ao dique de Valada.

A primeiro-ministro foi recebida com especial carinho pelas dezenas de abrantinos que quiseram ver de perto a sua «patricias» e apresentar os inúmeros problemas com que o conceiño se debate, ao mesmo tempo que pediam — e esperavam, como disse o presidente da Câmara — que «não deixasse de olhar pela sua terra».

Pouco depois da chegada da comitiva, que incluía o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Santa Clara Gomes; o ministro das Obras Públicas; os secretários de Estado da Habitação e da Estrutura Agrária, e o governador civil de Santarém, algumas centenas de pessoas concentraram-se no largo fronteiro à Câmara e os protestos que se fizeram ouvir levavam o visitante a pensar que a primeiro-ministro não teria, na sua terra, uma recepção tão acolhedora quanto seria de esperar.

As previsões saíram erradas. Mau grado um ou outro assobio, a maior parte dos manifestantes aplaudiu com entusiasmo a sua conterrânea, demonstrando que os protestos iniciais surgiam somente porque Maria de Lurdes Pintasilgo se embrenhara imediatamente no debate dos problemas da região, sem antes ir à janela cumprimentar os abrantinos. Embora o número de manifestantes não fosse muito elevado, ao que talvez não tenha sido alheio o tempo chuvoso, um dos que se encontravam no interior do edifício disse então ao lado do repórter: «Já vê que ela não está só.»